























**48**

Geraldo, servidor da Justiça do Trabalho, após cumprir os requisitos exigidos para a aposentadoria voluntária, ingressou com o pedido no setor competente e foi informado que, constatado o preenchimento dos requisitos exigidos, o seu pedido seria deferido e publicado no diário oficial.

À luz da sistemática constitucional, o deferimento da aposentadoria:

- (A) configura ato jurídico perfeito, insuscetível de análise administrativa por qualquer outro órgão;
- (B) deve ser registrado perante o Tribunal de Contas, que pode, de modo fundamentado, negar-se a promover o registro;
- (C) irá adquirir plena eficácia caso seja apreciado e aprovado pela Justiça Federal;
- (D) deve ser objeto de registro perante o Tribunal de Contas, que está obrigado a realizar o registro;
- (E) deve ser meramente arquivado, não sendo objeto de análise ou registro pelo Tribunal de Contas.

**49**

O único vizinho de Antônio tinha o hábito de escutar música todos os dias, em volume elevado, até o início da madrugada.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, para solucionar o problema, Antônio:

- (A) deve procurar a Advocacia-Geral da União, de modo que o problema seja resolvido em caráter nacional;
- (B) caso seja hipossuficiente, deve procurar a Defensoria Pública, pois a questão envolve um interesse individual;
- (C) deve procurar uma associação constituída há pelo menos 1 (um) ano, que poderá defender a sua cidadania;
- (D) deve procurar o Ministério Público, pois a poluição sonora afronta o meio ambiente;
- (E) deve procurar a Procuradoria Geral do Município, responsável pela resolução dos problemas locais.

**50**

Certo profissional da área jurídica foi questionado sobre as características do processo e do julgamento do Presidente da República pela prática de crimes de responsabilidade. Em resposta, afirmou que a instauração do processo deve ser autorizada pela Câmara dos Deputados, o processamento e o julgamento ficam a cargo do Senado Federal, bem como que a perda da função é decidida pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

À luz da sistemática constitucional, essa resposta é:

- (A) totalmente incorreta, pois todas as questões envolvendo o julgamento por crimes de responsabilidade devem ser decididas pelas duas Casas Legislativas em conjunto;
- (B) parcialmente correta, pois a instauração do processo deve ser autorizada pelo Senado Federal e o julgamento fica a cargo da Câmara dos Deputados;
- (C) totalmente correta, pois a separação entre as funções estatais exige que cada fase do processo de responsabilização seja dividida entre poderes distintos;
- (D) parcialmente correta, pois a decisão a respeito da perda da função fica a cargo do Senado Federal, que a proferirá quando do julgamento;
- (E) parcialmente correta, pois a Câmara dos Deputados deve autorizar a instauração do processo e, após o julgamento pelo Senado, decidir a respeito da perda da função.

## Noções de Direito Administrativo

**51**

José, Técnico Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, ocupante do cargo em comissão de supervisor do departamento de recursos humanos do Tribunal, praticou ato administrativo que era de competência do diretor daquele departamento.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo e a Lei nº 9.784/99, o ato praticado por José:

- (A) deve ser anulado pela autoridade competente, eis que vícios de competência são insanáveis, com efeitos *ex tunc*, pelo princípio da segurança jurídica e para evitar prejuízos a terceiros;
- (B) deve ser anulado pela autoridade competente, pois se trata de ato vinculado em razão do vício de competência, que não admite retificação, devendo atender ao princípio da legalidade e observar o interesse público;
- (C) deve ser anulado pela autoridade competente, pois se trata de matéria de ordem pública, regida por normas cogentes que não admitem a retificação do ato por parte do agente que deveria originalmente tê-lo praticado;
- (D) pode ser convalidado pela autoridade competente, por meio da ratificação do ato, caso entenda conveniente e oportuno, desde que sanável o vício e não haja prejuízos a terceiros, bem como seja atendido o interesse público;
- (E) pode ser convalidado pela autoridade competente, por meio da prática de novo ato que substitua o anterior, com efeitos *ex nunc*, sendo tal aproveitamento um ato vinculado, cuja prática é obrigatória pelo agente superior.

**52**

Bruno, ocupante estável do cargo de Técnico Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, pretende participar de programa de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado) na Universidade de Brasília. Ocorre que, diante da carga horária do curso, não é possível que a participação ocorra simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

De acordo com a Lei nº 8.112/90, Bruno:

- (A) poderá, no interesse do próprio servidor, afastar-se do exercício das funções de seu cargo efetivo, sem qualquer remuneração, para frequentar o curso pretendido, caso preenchidos os demais requisitos legais;
- (B) poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício das funções de seu cargo efetivo, sem qualquer remuneração, para frequentar o curso pretendido, caso preenchidos os demais requisitos legais;
- (C) poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício das funções de seu cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para frequentar o curso pretendido, caso preenchidos os demais requisitos legais;
- (D) não poderá afastar-se do exercício das funções, pois tal afastamento apenas seria possível se houvesse compatibilidade do horário do curso com sua jornada de trabalho ou possibilidade de compensação de horário;
- (E) não poderá afastar-se do exercício das funções, diante da ausência de norma disposta sobre afastamento para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* no país, mas pode requerer licença para tratar de interesses particulares.

**53**

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina enviou ofício ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, solicitando a cessão de Rodrigo, ocupante estável do cargo efetivo de Técnico Judiciário daquele TRT, para exercer cargo em comissão na Justiça Estadual.

De acordo com as disposições legais que regem a matéria, em especial a Lei nº 8.112/90, o pleito:

- (A) não pode ser deferido, eis que o servidor está vinculado ao órgão de origem para o qual prestou concurso público, somente podendo ser afastado nas hipóteses legais, dentre as quais não se inclui o caso em tela;
- (B) não pode ser deferido, em regra, para que se atenda à Lei de Responsabilidade Fiscal e o limite de gasto com pessoal, com exceção dos casos de permuta, em que o órgão cessionário também cede um servidor para compensação;
- (C) pode ser deferido, mediante ato discricionário do Presidente do TRT, e o ônus da remuneração do agente será do órgão cessionário, isto é, Tribunal de Justiça Estadual;
- (D) pode ser deferido, mediante ato discricionário do Presidente do TRT, e o ônus da remuneração do agente será do órgão cedente de origem, isto é, Justiça do Trabalho;
- (E) deve ser deferido, eis que se trata de ato administrativo vinculado, e o ônus da remuneração do agente recairá necessariamente sobre órgão cessionário, isto é, Tribunal de Justiça Estadual.

**54**

A Resolução nº 230/2016 do CNJ orienta a adequação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares às determinações exaradas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

De acordo com o citado ato normativo:

- (A) cada órgão do Poder Judiciário deverá dispor de, pelo menos, um por cento de servidores, funcionários e terceirizados capacitados para o uso e a interpretação da Libras;
- (B) ao Poder Judiciário e seus serviços auxiliares é proibido impor ao usuário com deficiência custo anormal, direto ou indireto, para o amplo acesso a serviço público oferecido;
- (C) aos órgãos do Poder Judiciário é vedada a utilização de processo eletrônico aos usuários com deficiência visual, para não inviabilizar o princípio do acesso à justiça;
- (D) as edificações públicas novas devem garantir acessibilidade à pessoa com deficiência em todas as suas dependências e serviços, tendo como referência as normas de acessibilidade vigentes e as já existentes podem permanecer no estado em que se encontram na data da publicação da resolução;
- (E) os serviços notariais e de registro podem criar condições diferenciadas ao cumprimento de suas funções em razão de deficiência ao solicitante, facultando reconhecer sua capacidade legal plena.

**55**

O Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina pretende firmar contrato para locação, pelo período de doze meses, do imóvel vizinho, que será destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionam a sua escolha, haja vista que o imóvel será utilizado temporariamente para o depósito e guarda de bens do TRT.

No caso em tela, levando em consideração que o proprietário do imóvel pretendido está disposto a alugá-lo pelo preço de sessenta mil reais por mês, de acordo com o texto da Lei nº 8.666/93, o TRT:

- (A) poderá discricionariamente alugar o imóvel pretendido, sem realização de prévia licitação, que é dispensável, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;
- (B) poderá discricionariamente alugar o imóvel pretendido, sem realização de prévia licitação, por inexigibilidade do certame, pois a competição é possível mas não recomendável, caso se atenda ao valor de mercado;
- (C) deverá necessariamente realizar procedimento licitatório, na modalidade carta-convite, em razão do valor global da contratação, não sendo caso de dispensa ou inexigibilidade de licitação;
- (D) deverá necessariamente realizar procedimento licitatório, na modalidade tomada de preços, em razão do valor global da contratação, não sendo caso de dispensa ou inexigibilidade de licitação;
- (E) deverá necessariamente realizar procedimento licitatório, na modalidade concorrência, em razão do valor global da contratação, não sendo caso de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

56

José, servidor público federal ocupante do cargo de Técnico Judiciário do TRT, recebeu, para si, a quantia de cinco mil reais em dinheiro, a título de presente, de um reclamante em uma reclamação trabalhista, para agilizar a tramitação de seu processo no cartório judicial da Vara do Trabalho. Posteriormente, José se arrependeu e não alterou a ordem natural de processamento dos feitos de sua responsabilidade, mas não devolveu o valor recebido ao particular.

No caso em tela, de acordo com as disposições da Lei nº 8.429/92 e com a jurisprudência:

- (A) José cometeu ato de improbidade administrativa, por conduta dolosa, ainda que não tenha havido prejuízo ao erário, mas o particular não pode responder por improbidade porque não é agente público;
- (B) José não cometeu ato de improbidade administrativa, por arrependimento eficaz, já que não cumpriu o prometido ao reclamante e porque não houve prejuízo ao erário, e o particular também não pode responder por improbidade, pois não é agente público;
- (C) José cometeu crime de improbidade administrativa, por conduta dolosa, ainda que não tenha havido prejuízo ao erário, e o particular responde pelo mesmo crime, em concurso de agentes, pois é considerado agente público por equiparação legal;
- (D) José cometeu ato de improbidade administrativa, por conduta dolosa que importou seu enriquecimento ilícito, sendo o prejuízo ao erário prescindível para a configuração do ato ímprobo, e o particular também responde por improbidade porque concorreu para o ato;
- (E) José e o particular praticaram, em concurso de agentes, crime de improbidade administrativa, na modalidade culposa, porque houve dano moral ao erário que deve ser objeto de ressarcimento por parte dos agentes.

## Noções de Administração Pública

57

Uma entidade da administração pública iniciou uma série de ações com vistas a adotar boas práticas de governança pública, entre elas criar instâncias na estrutura da entidade para implantar e disseminar as boas práticas.

De acordo com o Referencial Básico de Governança Pública (TCU, 2014), as instâncias internas de governança são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas.

Essas instâncias podem ser exemplificadas por:

- (A) auditoria interna;
- (B) conselhos de administração;
- (C) conselho fiscal;
- (D) controladorias;
- (E) ouvidoria.

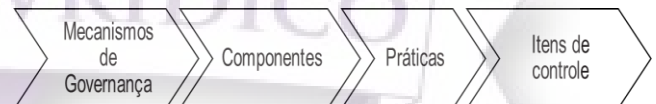
58

Quando um ente da administração pública capacita seus colaboradores para que, como agentes de governança, tenham zelo pela sustentabilidade da organização, visando sua longevidade, sob a perspectiva da ordem social e ambiental, há um claro alinhamento com o princípio da:

- (A) accountability;
- (B) eficiência;
- (C) equidade;
- (D) legitimidade;
- (E) responsabilidade.

59

Na estruturação da política de governança em uma entidade pública, o Referencial Básico de Governança Pública (TCU, 2014) recomenda que sejam considerados quatro níveis de análise, a saber:



Um dos componentes relacionados ao mecanismo da Estratégia refere-se a:

- (A) *accountability* e transparência;
- (B) auditoria interna;
- (C) princípios e comportamentos;
- (D) relacionamento com partes interessadas;
- (E) sistema de governança.

**60**

A legislação brasileira sobre transparência no setor público apresentou consideráveis avanços desde a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), culminando com a Lei de Acesso à Informação (LAI).

Entre as disposições da LAI para afeição das práticas de transparência está o(a):

- (A) definição de sigilo como exceção às regras de transparência;
- (B) exigência de divulgação de informações sobre a execução orçamentária em tempo real;
- (C) estabelecimento de prazo máximo de dez dias úteis para fornecimento de informações requeridas;
- (D) fixação de modelos de layout para portais eletrônicos dos órgãos públicos;
- (E) obrigatoriedade de realização e divulgação de audiências públicas.

**61**

As entidades da administração pública devem divulgar uma série de informações consideradas de interesse da sociedade acerca da condução das atividades públicas e outras que podem ser requisitadas individualmente por pessoas ou entidades representativas.

São requisitos para o exercício da denominada transparência passiva:

- (A) divulgação de informações voluntárias;
- (B) existência de serviço de informações ao cidadão;
- (C) existência de página eletrônica oficial do ente;
- (D) informação disponível de forma imediata;
- (E) restrição à informação de caráter pessoal.

**62**

Entre os instrumentos de transparência fiscal previstos no art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), órgãos do Poder Judiciário divulgam obrigatoriamente:

- (A) planos e diretrizes orçamentárias;
- (B) parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas;
- (C) realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão do orçamento do órgão;
- (D) Relatório de Gestão Fiscal;
- (E) Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

## Noções de Administração

**63**

Em um órgão público, as decisões são concentradas nos níveis mais altos da hierarquia. A direção do órgão gostaria de promover a descentralização das decisões como forma de incentivar a autonomia e a responsabilização dos gerentes. No entanto, a centralização das decisões apresenta vantagens em relação à descentralização, tais como:

- (A) torna o processo decisório mais ágil e flexível;
- (B) estimula a aprendizagem dos gerentes médios;
- (C) gera decisões mais consistentes com os objetivos globais da organização;
- (D) reduz os custos e o tempo de implementação das decisões;
- (E) facilita o fluxo de informações e a comunicação organizacional.

**64**

Uma empresa do ramo de alimentos localizada na região Sul vem alargando e desenvolvendo os mercados em que atua.

A empresa vem construindo novas unidades produtivas em diferentes regiões do País e ampliando a rede de distribuidores de seus produtos.

Esse tipo de estratégia de nível corporativo é conhecido como:

- (A) diversificação relacionada;
- (B) expansão direta;
- (C) colheita;
- (D) diferenciação;
- (E) integração horizontal.

**65**

A XYZ é uma empresa do ramo editorial que atua no mercado há cerca de dez anos. A empresa construiu uma sólida posição no mercado e atrai investimentos e reinvestimentos de acionistas diversos, cuja expectativa é obter excelente retorno sobre o capital investido. Devido a seu porte médio, a XYZ constitui uma única Unidade Estratégica de Negócio (UEN). A empresa está implantando o *balanced scorecard* como ferramenta de gestão, e o diretor financeiro precisa identificar uma medida adequada para o tema estratégico "redução de custos/melhoria da produtividade".

Na situação descrita, seria uma medida adequada:

- (A) receita por funcionário;
- (B) taxa de redução de custos;
- (C) percentual de receita gerado por novos produtos;
- (D) retorno sobre o patrimônio líquido;
- (E) aumento da taxa de vendas por segmento.

**66**

O gerente de uma empresa foi informado de que um dos melhores funcionários de sua equipe, Pedro, foi sondado com uma proposta de emprego em uma concorrente.

O gerente está considerando apresentar uma proposta de aumento salarial a Pedro para que ele permaneça na equipe. Para estruturar adequadamente a negociação, é preciso que o gerente estabeleça alguns parâmetros básicos, tais como:

- (A) a oportunidade de criação de valor e o preço máximo;
- (B) a equidade da posição e o preço de resistência;
- (C) a tática da negociação e a zona de acordo possível;
- (D) a ancoragem e a contra-ancoragem;
- (E) a melhor alternativa à negociação do acordo e o preço de reserva.

**67**

Uma indústria química bastante tradicional adotava departamentalização funcional, com foco no aproveitamento de economias de escala. Recentemente, a indústria passou por uma atualização da tecnologia de produção, com a compra de maquinário de última geração. A fim de explorar as vantagens econômicas da nova tecnologia do processo produtivo, uma consultoria externa foi contratada para realizar um trabalho de reengenharia e, entre outras mudanças, a indústria passou a adotar departamentalização por processo.

A departamentalização por processo tem, entre as suas desvantagens:

- (A) desperdícios e redundância de esforços, pela dificuldade de racionalização das etapas de execução do trabalho;
- (B) foco excessivo na qualidade do produto que sacrifica outros objetivos organizacionais, como a produtividade e a eficiência;
- (C) dificuldades de comunicação e coordenação, pelo isolamento dos departamentos;
- (D) custos operacionais crescentes, pela necessidade de atualização tecnológica constante;
- (E) maior risco operacional, pois uma falha em um processo pode levar a uma falha sistêmica da organização.

**68**

Um diretor de uma empresa declarou que a maior parte do seu tempo é dedicada à identificação e ao desenvolvimento de novos projetos de negócio.

O diretor desempenha, destacadamente, um papel:

- (A) decisório, de empreendedor;
- (B) informacional, de monitor;
- (C) decisório, de administrador de recursos;
- (D) interpessoal, de líder;
- (E) informacional, de disseminador.

**69**

Os processos de avaliação de desempenho humano são sujeitos a distorções que podem impedir que eles atinjam a eficácia pretendida. Um dos problemas mais comuns ocorre quando a avaliação do funcionário em determinado item influencia sua avaliação nos demais – ou seja, se o avaliado recebe do avaliador “bom” em determinado item da avaliação, recebe “bom” nos demais itens.

Essa distorção é conhecida como:

- (A) efeito halo;
- (B) tendência central;
- (C) padronização de resultados;
- (D) efeito de proximidade;
- (E) pressão inflacionista.

**70**

Em uma reunião para definição de metas de desempenho individual para 2018, um funcionário declarou ao chefe: “Quero mostrar que dou conta de atribuições complexas; gosto de metas desafiadoras e quero ser o melhor membro da equipe”.

De acordo com as teorias de motivação, o funcionário apresenta, como necessidade predominante:

- (A) afiliação;
- (B) poder;
- (C) controle;
- (D) realização;
- (E) reforço.

**71**

A gerente de recursos humanos de uma fábrica de médio porte quer implantar um método de avaliação de desempenho para o pessoal da área operacional (“chão de fábrica”). A gerente quer um método que seja de fácil utilização, permita comparar os resultados dos funcionários e possibilite fácil retroação de dados aos avaliados.

Tendo isso em vista, um método adequado seria:

- (A) escolha forçada;
- (B) administração participativa por objetivos;
- (C) incidentes críticos;
- (D) pesquisa de campo;
- (E) escalas gráficas.

**72**

Um engenheiro que ocupa um cargo de gerente de projetos ambientais em uma empresa de grande porte completou seu tempo para aposentadoria. Quando indagado pelos membros da equipe se iria se aposentar, o gerente respondeu: “Gostaria de me aposentar, mas não penso nisso agora, porque não poderia deixar a empresa em um momento em que tenho projetos complexos e fundamentais para o sucesso do negócio sob minha responsabilidade”.

O comprometimento do gerente com a organização é do tipo:

- (A) de engajamento;
- (B) afetivo;
- (C) instrumental;
- (D) normativo;
- (E) de liderança.

**73**

Determinado cartório passou por uma profunda reestruturação organizacional e alguns níveis hierárquicos intermediários foram eliminados.

Uma das características das organizações achatadas é que:

- (A) os níveis de automação e de informação são altos;
- (B) os empregados de níveis mais baixos sentem-se mais distantes da cúpula;
- (C) os salários são maiores, visto que possuem menos empregados;
- (D) existem mais oportunidades para progressão na carreira;
- (E) as decisões são tomadas mais prontamente, o que permite maior rapidez em responder aos clientes.

**74**

O desembargador de um grande órgão público contratou um gestor de projetos para planejar e implantar um novo sistema de informação para melhor gerenciamento dos processos internos.

Em relação à gestão de projetos, é correto afirmar que:

- (A) um sistema é um conjunto de projetos;
- (B) um projeto é um conjunto de atividades repetitivas;
- (C) projetos são atividades temporárias, contínuas e únicas;
- (D) projetos podem ser meios de se implantarem estratégias;
- (E) seu objetivo é planejar mudanças.

**75**

O Gerente de Riscos da empresa ABC está se preparando para um congresso internacional. Antes de fazer sua mala, ele fez o planejamento e a gestão dos riscos envolvidos na sua viagem.

Em relação à gestão de riscos, é correto afirmar que:

- (A) a matriz probabilidade x impacto classifica os riscos envolvidos no projeto;
- (B) a mitigação de um risco consiste em dividir os riscos com terceiros, por exemplo, uma seguradora;
- (C) o impacto do risco é a sua probabilidade de ocorrência;
- (D) as estratégias de resposta ao risco são formas de reduzir sua chance de ocorrência;
- (E) a gestão de riscos consiste na identificação do que pode dar errado.

**76**

Dificilmente o novo empregado ingressa na organização com todas as competências necessárias. E com o decorrer do tempo, novas competências podem ser importantes. Enquanto o treinamento está mais focalizado na capacitação de curto prazo, o desenvolvimento é mais orientado para ampliar as habilidades dos indivíduos no médio ou longo prazo. Após o levantamento de necessidades de treinamento, geralmente é elaborado um programa e, após sua implementação, o treinamento é avaliado.

Em relação à avaliação de treinamento, é correto afirmar que:

- (A) a avaliação de reação é a forma de avaliação mais complexa e com maior impacto na organização;
- (B) a avaliação de aprendizagem mensura quanto a organização aprendeu com o treinamento;
- (C) a avaliação de aprendizagem verifica se a organização teve eficácia no treinamento;
- (D) a avaliação de reação mensura a satisfação dos participantes quanto à experiência do treinamento;
- (E) para saber se o treinamento atingiu seu objetivo, é feita a avaliação por escalas gráficas.

**77**

Um empresário internacional pretende criar uma filial de sua empresa no Brasil. A nova empresa precisa de recursos físicos, financeiros e também de recursos humanos. O processo de administração de recursos humanos consiste em um conjunto de atividades com a finalidade de atrair, desenvolver e manter pessoas competentes.

Em relação ao processo de administração de recursos humanos, é correto afirmar que:

- (A) desligamento é o processo de redução da força de trabalho e é feita por meio de demissão e transferência;
- (B) orientação ou socialização é o processo de tentar ajustar o indivíduo à organização;
- (C) recrutamento é a procura e escolha do indivíduo mais adequado ao cargo;
- (D) benefícios são incentivos para motivá-los a serem mais produtivos, como por exemplo: bônus e comissões;
- (E) avaliação do desempenho é o processo de avaliar os candidatos com melhor desempenho e aptidão no processo seletivo.

**78**

No início do ano, servidores do departamento de patrimônio da organização pública XYZ passaram um final de semana em um hotel para planejarem os objetivos do ano. Ao final do ano, os servidores voltaram ao hotel para verificar se os objetivos foram cumpridos.

Tão importante quanto planejar é comparar os resultados obtidos com o que foi planejado, e essa função administrativa de monitoração é denominada:

- (A) avaliação estratégica;
- (B) análise de eficácia;
- (C) controle;
- (D) análise de eficiência;
- (E) avaliação de desempenho.

**79**

Nem todos os administradores são líderes e nem todos os líderes são administradores. Liderança e administração são dois termos próximos, mas que costumam ser confundidos.

A liderança é melhor definida da seguinte forma:

- (A) ordem, consistência e direção por meio de planejamento;
- (B) capacidade de influenciar pessoas para atingir metas;
- (C) cargo de direção em uma organização;
- (D) referência técnica ou autoridade no assunto;
- (E) capacidade de agradar os funcionários e manter um bom clima organizacional.

**80**

Uma agência do governo designou uma equipe de analistas para se reunirem algumas horas por semana para discutirem formas de melhorar a qualidade, a eficiência, os processos e os métodos de trabalho.

O tipo de equipe mais adequado para esse contexto é a:

- (A) de resolução de problemas;
- (B) autogerenciada;
- (C) virtual;
- (D) multifuncional;
- (E) processual.



## Redação

---

São bastante conhecidos os sete pecados capitais tradicionais, mas, em função das mudanças ocorridas na sociedade atual, o Vaticano criou, em março de 2008, um conjunto de novos pecados adaptados à era da globalização.

- Experimentos “moralmente dúbios” com células-tronco: a Igreja Católica defende a ideia de que a vida começa no momento da formação do embrião. Portanto, condena qualquer tipo de pesquisa científica com embriões humanos e células-tronco embrionárias.

- Uso de drogas: as drogas causam dependência física e psicológica nos usuários e prejudicam o funcionamento harmonioso da família. É uma atitude contra a vida humana.

- Poluição do meio ambiente: a poluição do ar, água e solo trazem prejuízos sérios ao meio ambiente e à saúde das pessoas.

- Agravamento da injustiça social: o capitalismo criou, em muitos países, uma má distribuição de renda, deixando à margem da sociedade grande parcela da população (os excluídos sociais).

- Riqueza excessiva: o capitalismo favoreceu a concentração de renda, muitas vezes, de forma excessiva. Algumas pessoas concentram bilhões de dólares, enquanto outros, não têm sequer o que comer.

- Geração de pobreza: a pobreza e a miséria estão espalhadas pelo mundo. Cometem esse pecado aqueles que contribuem para a geração dessas condições sociais.

- Violações bioéticas como, por exemplo, controle de natalidade: é considerada violação bioética toda atitude que pretende evitar a geração de vida de forma natural (uso de contraceptivos, cirurgias, aborto, inseminação artificial).

Qual desses “novos pecados capitais” lhe parece mais danoso ao ser humano?

Faça um texto dissertativo-argumentativo com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 30 (trinta) linhas, redigido em linguagem culta, defendendo sua posição de modo claro e convincente.

S.P.Q.R.

PREPARO JURÍDICO

CURSOS PARA CONCURSOS

S.P.Q.R.

PREPARO JURÍDICO

CURSOS PARA CONCURSOS

S.P.Q.R.

Realização

 **FGV PROJETOS**

**PREPARO JURÍDICO**

CURSOS PARA CONCURSOS